



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

DHAYNAR JOYCE CANUTO SOARES FAUSTINO

**EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A
APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03**

**GUARABIRA/PB
2019**

DHAYNAR JOYCE CANUTO SOARES FAUSTINO

**EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A
APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação docente

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Sheila Gomes de Melo

**GUARABIRA /PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F268e Faustino, Dhaynar Joyce Canuto Soares.
Educação étnico racial na educação infantil [manuscrito] : discutindo a aplicabilidade da lei 10.639/03 / Dhaynar Joyce Canuto Soares Faustino. - 2019.
36 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Prática docente. 2. Lei 10639/03. 3. Ensino de História.
4. Cultura afro-brasileira. I. Título
21. ed. CDD 371.12

DHAYNAR JOYCE CANUTO SOARES FAUSTINO

**EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A
APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

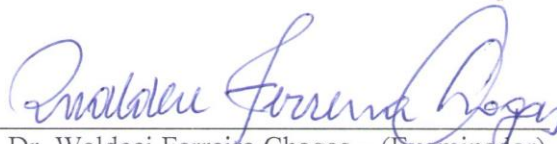
Área de concentração: Formação docente e Fundamentos da Educação

Aprovada em: 11 / 06 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms.^a Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira – (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, por ser meu exemplo de esforço. Ao meu pai, meu herói (*in memoriam*) sei que onde está cuida sempre de mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por tudo que vem realizando na minha vida, pois sem ele nada seria possível.

À minha amada mãe Edilene Canuto Soares, pelo exemplo de mãe, de mulher guerreira e que sempre acreditou que seria possível o nosso sonho.

Ao meu pai Arnaldo Soares (*in memoriam*), que não está mais presente fisicamente, mas sei que sempre está comigo, e torcendo por mim.

Ao meu esposo André Faustino da Silva, por todo incentivo e apoio no percorrer dessa jornada.

A minha orientadora Me. Sheila Gomes de Melo, por ter aceitado ser minha orientadora, por toda paciência, atenção, e competência na orientação para a realização deste TCC.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade analisar a prática das professoras diante da possibilidade de uma vivência mais igualitária entre os alunos, de forma a contribuir com a aplicabilidade da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). A referida lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. Para tal investigação utilizamos a pesquisa qualitativa, pesquisa de campo e o estudo de caso através de entrevistas realizadas com 3(três) professores, além disso, realizamos uma intensa análise bibliográfica fazendo forte referências a autores como Gomes (2012), Minayo (2009) e Munanga (2005). Podemos observar que tais profissionais não apresentavam conhecimento acerca dos preceitos dispostos no dispositivo legal, mas que atribuem uma certa relevância, mesmo que insuficiente, ao ensino da história e cultura afro-brasileira. É visto que há uma carência acentuada de aprofundamento do conteúdo do regulamento por parte dos educadores, o que interfere diretamente na abordagem em sala de aula da temática tratada. De forma geral, percebemos falhas no sistema de ensino que vão muito além de uma prática docente limitada, acarretando uma imensa lacuna na formação dos educandos, ocasionando o descumprimento da lei e a perpetuação de um ensino excludente.

Palavras-Chave: Ensino de história e cultura afro-brasileira. Prática docente. Lei 10.639/03.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the teacher's practice in view of the possibility of a more egalitarian experience among students, in order to contribute to the applicability of Law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003). This law makes it compulsory to teach Afro-Brazilian history and culture. For this investigation we used qualitative research, field research and case study through interviews with 3 (three) teachers, in addition, we carried out an intense bibliographical analysis making strong references to authors such as Gomes (2012), Minayo (2009) and Munanga (2005). We can observe that the teachers did not present knowledge about the precepts arranged in the legal device, but that they attribute a certain relevance, even if insufficient, to the teaching of Afro-Brazilian history and culture. It is seen that there is a marked lack of deepening of the content of the regulation by the educators, which directly interferes in the classroom approach of the subject treated. In general, we perceive failures in the education system that go far beyond a limited teaching practice, entailing an immense gap in the education of the students, leading to noncompliance with the law and the perpetuation of an excluding education.

Key – words: Teaching of Afro-Brazilian history and culture. Teaching practice. Law 10.639 / 03

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sala de aula -----	21
Figura 2 – Diretoria -----	21
Figura 3 – Banheiros -----	21
Figura 4 – Pátio -----	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Sobre a Lei 10.639/03.....	23
Quadro 2 -	A importância do resgate da Cultura Afro-brasileira.....	24
Quadro 3 -	Dificuldades de trabalhar a Cultura Afro-brasileira.....	24
Quadro 4 -	Postura do professor diante de uma situação de preconceito.....	25
Quadro 5 -	Realização de atividades do dia da Consciência Negra.....	25

—

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
2. A LEI 10.639/03: DA PROMULGAÇÃO À APLICABILIDADE.	15
2.1. A formação do professor para educação das relações etnico- raciais.....	17
3. OS LIVROS DIDÁTICOS E O USO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO- RACIAIS.....	19
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
4.1. Caracterização da escola: sujeito e local	21
4.2. Instrumentos da pesquisa.....	22
4.3. Métodos.....	22
4.4. Procedimentos (etapas)	23
4.5. Análise dos dados	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE	31
ANEXO	33

INTRODUÇÃO

Desde início da minha vida escolar comecei a analisar como as pessoas negras e de cabelos crespos são vistas com inferioridade, como pessoas que tem grau de inteligência menor que pessoas brancas, percebi também que se não tivermos dentro dos padrões de beleza que somos obrigados a seguir somos vistos com pessoas de nível baixo. No decorrer da minha existência fui percebendo que o negro é menosprezado dentro da nossa sociedade e como eles nunca era um modelo a ser seguido.

A escolha do tema deste estudo se deu através das primeiras experiências enquanto professora, pois é na educação infantil que o processo de ensino aprendizagem deveria contribuir na formação da criança, assim veio a necessidade de observar de perto o preconceito e discriminação enfrentados pelas crianças na escola.

Os negros e negras, na sua história, sempre sofreram discriminação, preconceito e sempre foram vistos com inferioridade, e portanto, foram privados de muitos de seus direitos que se aplicados iriam proporcionar a igualdade e espaço para todos e todas, isso percorreu as suas gerações, e hoje vivemos uma falsa igualdade racial. O preconceito ainda é muito forte na sociedade, pois é necessário que cada indivíduo faça a sua parte, não basta apenas cobrarmos das autoridades que façam o que lhes cabe.

Por este motivo, compete a todos os professores disponibilizar meios para que os direitos já conquistados estejam presentes dentro dos espaços escolares, assim, desconstruindo esse preconceito plantado na sociedade desde da escravidão.

É necessário que cada professor reveja na sua prática o que pode fazer para quebrarmos esse preconceito tão presente no nosso meio, devemos começar por trabalhar as nossas crianças, pois sabemos que as crianças não nascem com o preconceito dentro de si, mais são as práticas observadas no ambiente em que elas vivem que as levam a isso. O que mais percebemos hoje são as crianças cada vez mais repetindo atitudes de adultos preconceituosos, tendo comportamentos de não quererem brincar ou se relacionar com as crianças com pele negra, ou até mesmo, encontramos no nosso dia a dia as que tem preconceito com a sua própria cor de pele que muitas vezes afirmam que preferiam terem nascido brancas.

As primeiras vivências e noção sobre o mundo das crianças se dão através dos sentidos, é a fase onde criança começa a se desenvolver e aprender, nesse momento os adultos, familiares tem um papel muito importante, pois elas aprendem observando as ações

daqueles que estão a sua volta. Os professores têm um papel importante não formação da criança, mas não são apenas os únicos responsáveis.

O preconceito racial está presente no cotidiano da escola através de práticas discriminatórias que se manifestam por meio de apelidos, brincadeiras e na escolha do colega para brincar.

Desde o início a nossa sociedade teve uma perspectiva de preconceito e de discriminação com o povo afro-descendentes e que está presente até os dias de hoje. Quando vemos a desigualdade entre negros e brancos, percebemos que precisamos de uma política inclusiva para que possamos reverter essa discriminação que se faz tão presente no nosso meio.

Precisamos mudar essa realidade, não podemos permitir ações preconceituosas continuem acontecendo, é necessário combater o racismo, a discriminação e o preconceito na escola através da valorização do ser humano independentemente da cor da sua pele. (LOPES, 2005, p.185). É necessário que os professores possam mudar a sua prática para que cada vez mais possamos incentivar os alunos na perspectiva da igualdade independentemente da cor, raça ou religião. É fundamental que nos reafirmemos como sujeitos de igualdade de direitos para que assim, consigamos ultrapassar as barreiras do preconceito, do racismo e da violência no meio escolar e na sociedade.

Com isso, temos como objetivo geral analisar a prática das professoras diante da possibilidade de uma vivência mais igualitária entre os alunos. Como objetivos específicos: Identificar ações que viabilizem a construção da identidade da criança negra na escola; analisar o relacionamento das crianças com a cultura-Afro, com os colegas e as pessoas negras; verificar as práticas dos docentes em sala de aula para a igualdade humana.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

2. A LEI 10.639/03: DA PROMULGAÇÃO À APLICABILIDADE

A lei 10.639/03 (BRASIL,2003), sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, fez com que a sociedade negra tenha uma nova oportunidade ao direito de um ambiente escolar onde ninguém por sua cor de pele seja excluído, tratado com desprezo e com desrespeito.

O Ministério de Educação se compromete em instituir um conjunto de medidas com a finalidade de corrigir e eliminar injustiças e discriminações assim promovendo a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro (BRASIL,MEC,2003).

A lei foi uma grande conquista para a sociedade negra que durante muito tempo veio lutando por direitos, sem dúvidas se tornou um grande marco para os movimentos sociais que sempre se esforçaram para garantir que superassem a exclusão social.

Portanto, a lei determina que o ensino de história e cultura Afro-brasileira no ensino fundamental e médio é obrigatório. Essa medida faz o resgate da história e a contribuição que os negros tiveram na formação da sociedade brasileira (BRASIL,MEC,2003).

O Ministério da Educação em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criam o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, assim assegura o cumprimento da Lei 10.639/03 (BRASIL,MEC,2003).

Falta muito para o que a educação seja democratizada e se torne igual para todos, mas não é responsabilidade apenas da escola “Para democratizar a educação, é preciso mobilizar toda a sociedade” (BRASIL,2003).

É importante destacar que lei 10.639/03 (BRASIL,MEC,2003) existe porém, seu exercício não é totalmente ativo. Existem entraves que levam ao seu descumprimento, em muitos casos a escola não busca o enraizamento desta lei através do seu currículo, desta forma as práticas pedagógicas não a contemplam e reproduzem um ensino que perpetua a exclusão e desvalorização da cultura afro-brasileira. Além disso, a não efetivação de uma formação continuada voltada para a temática impossibilita, de certa forma, os professores de expandir o olhar para a importância de um ensino emancipatório e concordante com as diretrizes.

Podemos apontar a falta de fiscalização como um fator determinante para promover o descumprimento da lei, pois enquanto não existirem medidas que impulsionem sua efetivação prática, a educação básica continuará excluindo o ensino da história e cultura afro-brasileira ocasionando uma lacuna na formação intelectual e social dos alunos, interferindo na compreensão do nosso próprio passado, como nos afirma o autor a seguir:

[...] trata-se de construir e divulgar concepções e pressupostos capazes de reorientar a nossa compreensão do nosso próprio passado – e, se preciso, mudá-lo na forma como ele se mostra -, à luz consciente de um projeto político e civilizacional contemporâneo, ao mesmo tempo emancipador e antirracista. (MATTOS, 2003, p. 231).

De acordo com Gomes (2012), para que aconteçam mudanças significativas no combate ao racismo e na efetivação da Lei 10.639/03 é necessário pensar na perspectiva de políticas públicas de diversidade, que dependem de vários fatores e sujeitos para sua implementação. Não se pode negligenciar a sustentabilidade desta política ao passar dos anos pois devem ser compreendidas como política de diversidade que interfere de maneira muito forte na construção de uma sociedade igualitária e não simplesmente como medida educacional limitada à inclusão de disciplinas no currículo. O próprio tema da Lei n.º 10.639/03 (BRASIL, MEC, 2003) exige ações de forma articulada envolvendo diversos setores, tendo em vista que destaca aspectos políticos, históricos, culturais, pedagógicos, de gênero e raça, interferindo no desenvolvimento social.

Ao ser aprovada a lei n.º 10.639/03 (BRASIL, MEC, 2003) tornou obrigatório o ensino de qualidade como um direito de todos, assim em 2004 o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Tentando o objetivo de exterminar a exclusão e o preconceito diante do ambiente escolar tendo consciência de tudo que aconteceu no Brasil:

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), o Ministério da Educação dá um grande passo para enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do país (BRASIL, MEC, 2003, p.5).

A lei 10.639/03 (BRASIL, MEC, 2003), garante aos alunos o direito de uma educação de qualidade e igualitária onde todos tenham suas culturas reconhecidas e consideradas, tendo isso em vista entendemos que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados (BRASIL, MEC, 2003, p.13).

Sabemos que mesmo diante de tanto avanço ainda existe um país onde a branquira é valorizada e o negro, a cultura indígena e africana é pouco ou quase nada valorizada. O Movimento Negro brasileiro tem confirmado o quanto é árdua a experiência dos negros por

serem julgadas como pessoas negativas, e por muitas vezes fugirem de suas origens por serem obrigados pela sociedade diante de tanto preconceito.

2.1. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS - RACIAIS

Alguns/as professores/as não recebem a formação adequada para lidar com a diversidade cultural, a problemática do convívio e as demonstrações de discriminação que encontramos no nosso dia a dia em sala de aula. A falta de preparo nos faz ficar sem saber como agir diante de tal situação, sabemos que nossa missão como educadores é formar cidadãos que sejam conscientes diante do preconceito na sociedade com o amanhã.

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005 p.15)

Se nós professores não estivermos preparados para apresentar a importância das diversas culturas presentes no nosso país, estamos de uma certa maneira ajudando o preconceito a ganhar mais forças dentro da nossa sociedade, como profissionais da educação não podemos apenas termos sentimentos de pena ou dó, devemos ter uma conduta consciente diante da situação. Precisamos de forma ativa demonstrar nossa luta incessante no combate contra o racismo, ressaltando que não existe cultura superior ou inferior, mas que cada uma se completa e tem sua importância na comunidade.

Não existe preconceito que resista a clareza que o conhecimento nos concede, assim como em qualquer outro assunto, para que se possa entender e respeitar cada cultura precisamos de conhecimento sobre a mesma. Temos a necessidade dos instrumentos educacionais adequados, que os currículos tenham uma preparação que contemple a temática discutida como apresenta (CARDOSO,1992,p.9). É fundamental, também, que a elaboração dos currículos e materiais de ensino tenham em conta a diversidade de culturas e de memórias coletivas dos vários grupos étnicos que integram nossa sociedade. (CARDOSO,1992, p.9).

O resgate da história da população negra não só interessa apenas a alunos descendentes, mas é de interesse de todos, especialmente aos alunos brancos que pSilvaor

falta de conhecimento e por apenas acreditarem em práticas de desprezo geradas por pessoas preconceituosas se privam de conhecer as contribuições para a construção da ascendência negra na sociedade.

Existe por parte de professores uma falta de perspectiva nos alunos negros que não são capazes de realizarem as mesmas coisas que as outras crianças.

As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade. (SILVA, 1987 p.26).

Isso pode levar com que alunos brancos tenham uma visão em relação aos negros relacionada a inferioridade, que se sintam superior e com mais capacidade de realizar as atividades, por este motivo se gera também na criança negra uma incapacidade, esse menosprezo leva-o ao desânimo assim não conseguindo realizar o que é capaz, como professores não podemos deixar isso acontecer devemos ter atitudes que o encorajem.

3. OS LIVROS DIDÁTICOS E O USO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS

O livro didático foi, e é até os dias de hoje, o material pedagógico mais usado por professores, especialmente em escolas públicas na qual muitas vezes para os alunos de classe social baixa é a única fonte de leitura nas suas casas, por não terem condições de comprarem revistas, jornais e outros livros.

Para os professores, em muitos casos o material pedagógico é escasso e se tem salas de aulas repletas de alunos, o livro, na maioria das vezes é a referência predominante de pesquisa. Em razão a essa importância que é destinada, o livro didático pode ser um grande caminho para o estereótipo que pode não ser percebido pelos professores.

O livro didático apresenta de maneira resumida e falsificada, a vivência, a rotina, e o processo histórico cultural de vários componentes históricos. Em relação as pessoas negras, o aparecimento nesses livros sempre foi marcado pelos estereótipos e caricaturas. A criança negra era representada com estereótipo inferior, onde os outros se remetem as crianças brancas de classe média que é a população majoritária.

Para Silva (1989) O estereótipo expande uma exibição negativa do negro em uma representação que valoriza o branco, o livro didático está crescendo a ideologia do branqueamento, que se fortalece das teorias e estereótipos de inferioridade x superioridade racial. A ideologia do branqueamento se objetiva no momento em que seja inserido uma imagem que nega a si mesmo e uma positiva ao próximo, a que foi estigmatizado propende a se recusar, a procura se caracteriza ao individuo estereotipado positivo, pois seus padrões são todos como bons e notáveis.

Os estereótipos criam o preconceito que se constitui de um julgamento antecipado em relação a outro sem o conhecer.

Para Jones (1973), os estereótipos desempenham uma atitude negativa em relação a pessoa ou grupo, partindo de um processo de comparar o outro em relação a um ponto positivo como referência.

Quando encontramos estereótipos nos livros pedagógicos, isso pode estimular a exclusão do outro diante da sociedade, gerando baixa autoestima, a própria rejeição.

Como diz Silva (1987):

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (SILVA, 1987, p.24)

Uma criança em sala de aula com baixa autoestima reflete um baixo desenvolvimento, como professores devemos saber agir diante de muitas situações inadequadas, temos que fazer com que cada aluno conheça a sua diferença pois não somos iguais, porém não será a nossa cor que irá nos dizer quem é melhor ou mais inteligente, como professores devemos apresentar métodos pedagógicos que valorizem cada cultura, neste caso, enfatizando o quanto a cultura africana contribuiu para o multiculturalismo que vivemos hoje na sociedade brasileira, promovendo um conhecimento histórico e boas condutas sociais.

Segundo Cardoso, “a questão racial brasileira pode, quem sabe, levá-los a desenvolver uma postura crítica diante de instrumentos pedagógicos a que vêm recorrendo tão passivamente” (CARDOSO, 1992, p.59). É de fundamental importância que os livros didáticos passem a expor de forma clara e verdadeira as contribuições históricas advindas dos povos africanos.

A ênfase que se dá a escravidão, ao sofrimento e ao preconceito já extremamente evidentes na época colonial do Brasil não pode ser aplicada de forma que se veja a população negra como meros escravos em que nada acrescentaram na formação da sociedade brasileira. É necessário que se destaque mais a cultura africana, formadora da cultura afro-brasileira, a persistência dessa população negra em suas práticas culturais e religiosas que não foram extintas, mas enraizadas nesse país.

É importante ressaltar que faz-se necessário por parte dos profissionais da educação expandir uma visão voltada para o uso de diversos recursos didáticos que podem contribuir de forma muito positiva para uma formação adequada dos seus educandos. Não se trata de excluir o livro didático ou generalizar todas as produções como ruins ou reprodutoras de uma cultura preconceituosa, mas atentar para uma seleção mais analítica desse material com a finalidade de proporcionar aos alunos um instrumento de aprendizagem adequado e condizente com a verdade histórica.

Tratando-se dos diversos recursos didáticos que se tornam cada vez mais disponíveis hoje nas escolas, devemos priorizar ferramentas que possibilitem uma pesquisa vasta e rica de informações, meios que possibilitem promover um pensamento mais expansivo e crítico dos alunos, formas de buscar o conhecimento de maneira ampla e diversificada, como exemplos podemos citar as pesquisas na internet, documentários e aulas de campo preferencialmente em comunidades quilombolas, visando um meio de proporcionar uma experiência mais acentuada da cultura e história que nessas comunidades se mantêm muito vivas

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização da escola: sujeito e local

A seguinte pesquisa foi realizada em uma escola Municipal da Cidade de Passa e Fica -RN. A escola é dividida em 3 salas de aulas, 3 banheiros (masculino, feminino e funcionários), 1 cozinha, 1 dispensa, 1 sala de informática, 1 diretoria e uma área de lazer bem ventilada. Funciona três horários (manhã, tarde e noite), do 1ºano ao 5ºano e Educação de Jovens e Adultos.

O corpo da escola é formado por 26 funcionários sendo 8 professores, 1 diretora, 2 coordenadoras pedagógica, 3 merendeiras, 4 auxiliares de serviços gerais, 4 cuidadores, 3 porteiros 1 auxiliar administrativo.

A entrevista foi realizada com os professores que formam o corpo docente da escola Municipal de 1º ano 5º ano. Os professores são do sexo feminino, com idade entre 40 e 50 anos, a maioria casadas atuam na escola a mais de 5 anos todas tem ensino superior com formação em pedagogia.

Na decoração da escola é utilizados vários animais deixando o ambiente bem colorida. A seguir algumas imagens das dependências da escola, a sala de aula, a diretoria, os banheiros e o pátio da escola.

Figura 1: Sala de aula



Fonte: autora (2019)

Figura 2: Diretoria



Fonte: autora (2019)

Figura 3: Banheiros



Fonte: autora (2019)

Figura 4: Pátio



Fonte: autora (2019)

O contato direto com os professores e com a instituição de ensino, campo de nossa pesquisa, foi de fundamental importância para a concretização do nosso trabalho, tendo em vista que nos foi proporcionado um momento de partilha de experiências práticas na docência com ênfase na temática abordada.

4.2. Instrumentos da pesquisa

Foi utilizado a entrevista (Apêndice A) como instrumento de pesquisa, com perguntas realizadas para os professores de 1º ao 5º ano da escola. A entrevista procurou conhecer a maneira como os professores estão trabalhando e valorizando a cultura afro-brasileira em sala de aula, como estão se posicionando em relação a atitudes preconceituosas e quais as dificuldades eles encontram para colocar em prática.

4.3. Métodos

Na pesquisa foi utilizada o método qualitativo que estuda experiências individuais como diz Minayo (2009) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2008, p.21-22).

A pesquisa de campo concede ao pesquisador uma aproximação a realidade para Minayo (2009) diz que:

O trabalho de campo permite aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem pesquisa social. (MINAYO, 2008, p.61)

A entrevista é muito importante para a pesquisa qualitativa, através da entrevista que são coletados os dados objetivos e subjetivos. Por meio da entrevista ouvimos opiniões, para Minayo (2008):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 2008, p.57).

Através desse método de pesquisa, foi possível obter informações de extrema importância para o desenvolvimento deste estudo, tendo em vista que o mesmo objetiva-se a conhecer de forma prática a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas instituições de ensino, para isto notou-se fundamental a opinião dos docentes por meio da entrevista acerca da temática em discussão.

4.4. Procedimentos (etapas)

- 1º Dia na escola: 14/05/2019

Conhecer a estrutura da escola, o corpo docente, a localização

- 2º Dia na escola: 17/05/2019

Visitei a escola para iniciar as entrevistas com os professores, de início percebi que eles não estavam muito à vontade em responder as perguntas, porém ao decorrer da entrevista foram se sentindo à vontade e interagindo com os questionamentos e mostrando interesse no assunto abordado.

4.5. Análise dos dados

Nesta análise tivemos como objetivo geral analisar a prática do professor diante da possibilidade de uma vivência mais igualitária entre os alunos, para que todos sejam respeitados através da diversidade, ver como os professores estão desenvolvendo as práticas em sala de aula voltada para a valorização afro-brasileira e do negro na sociedade.

Verificando as respostas dos professores podemos perceber que ainda existe dificuldade na realização de práticas que valorizem a cultura.

A primeira pergunta foi sobre a Lei 10.639/03 (BRASIL, MEC, 2003) o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola, vejamos os resultados:

Quadro 1- Sobre a Lei 10.639/03

Você conhece a Lei 10.639/03? Como conheceu?	
Professor A	Não lembra bem do que se trata a lei, porém lembra que estudou durante sua formação acadêmica, já se deparou com ela.
Professor B	Sim, tem conhecimento não tão a fundo, mas que durante as capacitações e

	as formações pedagógicas eles sempre falam da lei.
Professor C	Sim, teve conhecimento quando pesquisando para preparar o plano de aula para a semana da Consciência Negra, porém nada tão aprofundado.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Diante das repostas podemos perceber que os professores não tem uma formação específica voltada para a Cultura Africana e Afro-brasileira, e que não há um conhecimento adequado da Lei 10.639/03, impedindo assim que se efetue um ensino de forma correta sobre a História dos povos africanos. É necessário que seja feito o resgate da contribuição dos negros para a construção da sociedade (BRASIL, MEC, 2003).

Segunda pergunta sobre a importância do resgate da Cultura Afro-brasileira na escola. Segue os resultados:

Quadro 2- A importância do resgate da Cultura Afro-brasileira.

2- Qual a importância de resgatar a Cultura Afro-brasileira na escola?	
Professor A	É muito importante, pois há muita discriminação na escola principalmente com as crianças, existem crianças brancas que não querem pegar na mão das crianças negras.
Professor B	É importante, e para nós nordestinos é importante conhecer a cultura afro-brasileira, pois temos descendentes no nosso estado
Professor C	É de muita importância, pois nós temos na nossa sociedade muita contribuição dos Afro-descendentes, e resgatando podemos conhecer melhor e desconstruir o preconceito na escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Diante das respostas obtidas vemos que é de muita importância o resgate da Cultura Afro-brasileira na escola, é através da mesma que podemos desconstruir o preconceito tão presente na escola, através do resgate podemos apresentar os costumes, as comidas, as músicas e quais as suas contribuições para a nossa sociedade, levando assim o aluno e retirando a visão de desprezo. “Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira”. (SILVA, 2005, p.21).

A terceira pergunta foi sobre a dificuldade de trabalhar temas relacionados a Cultura Afro-brasileira e quais são essas dificuldades:

Quadro 3- Dificuldades de trabalhar a Cultura Afro-brasileira.

3- Você como professor (a) tem dificuldade de trabalhar temas relacionados a cultura Afro-brasileira? Quais as dificuldades são encontradas?	
Professor A	Sim, devido não ter um conteúdo programado em relação a Cultura Afro-brasileira, o que podemos relacionar é o que vem no livro de história, porém, o que vem no livro é muito pouco.
Professor B	Não muita, pois sempre trabalhamos na semana da Consciência negra e durante as aulas falo nesse assunto, pois muitas vezes acontece de alguma criança não querer brincar com a outra pois tem o cabelo crespo.

Professor C	Não sinto dificuldade, pois todos os anos trabalhamos a semana da consciência negra, porém acho pouco o conteúdo que vem no livro didático, mas não me impede de buscar maneiras lúdicas de trabalhar o conteúdo.
-------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com as respostas percebemos que a escola apresenta a cultura Afro-brasileira, porém notamos que ainda é pouco, para retirarmos o preconceito das instituições de ensino precisamos investir mais na nossa educação e na família para podermos juntos conscientizar os alunos, pois através da educação é que podemos acabar com o preconceito.

Cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17).

Quarta pergunta foi sobre a postura professor diante de uma situação de preconceito racial na sala de aula:

Quadro 4- Postura do professor diante de uma situação de preconceito.

4- Qual a sua postura como professor diante de uma situação de preconceito racial em sua sala de aula?	
Professor A	Não gosto de preconceito, principalmente de raça, na minha sala de aula tem uma criança negra e os alunos o chamem de negro, na minha sala na admito todos tem que ser chamado pelo nome.
Professor B	Eu trabalho a diversidade em sala de aula, no 1º bimestre trabalhei o tema diversidade e que somos iguais, não há ninguém melhor que ninguém.
Professor C	Quando acontece alguma situação de preconceito em sala de aula como professora já conscientizo os alunos que a atitude é errada

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O preconceito não é algo que vem de dentro de nós “As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação” (LOPES, 2005, p.188). Antes de tudo as crianças aprendem observando primeiramente em suas casas com seus familiares.

Na quinta e última pergunta sobre se a escola realiza atividade que faça ao dia 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra:

Quadro 5- Realização de atividades do dia da Consciência Negra

5- Na escola é realizado alguma atividade que faça referencia ao dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra?	
Professor A	Sim, todos os anos trabalhamos sempre uns dias antes, faço a pesquisa principalmente da culinária que é bem parecida com a nossa.
Professor B	Com certeza, apresento o vídeo “Da menina bonita do laço de fita”, e em cima dele trabalhamos atividades, também utilizamos fantoches para contação de história.
Professor C	Sim, sem dúvidas, trabalho durante uma semana com contação de histórias

	“Menina Bonita do Laço de Fita”, através dela faço atividades e também apresento a cultura Afro-brasileira e suas contribuições para a formação da sociedade
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Assim, deve-se afirmar que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros”. (MUNANGA,2005. p.16).

De acordo com as respostas compreendemos que apresentar aos alunos a história Afro-brasileira não só é de interesse dos alunos negros e sim de todos que formam a sociedade e dentro da escola principalmente, o educador precisar conhecer mais e se aprofundar no assunto para ter propriedade ensinar, conscientizar e desconstruir o preconceito enraizado pelo desprezo até hoje evidente em se enfatizar a cultura e história afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em toda uma análise reflexiva a partir da nossa pesquisa a qual envolveu uma investigação bibliográfica e aplicação de entrevistas foi possível observar que a lei 10.639/03 (BRASIL, MEC, 2003) não se apresenta realmente efetiva tratando-se de sua aplicabilidade prática. É fato que essa lei, se cumprida fielmente em conformidade com o que se decreta seria um forte fator combatente ao preconceito racial presente nas instituições de ensino.

Podemos perceber que são diversos os motivos pelos quais a lei não se efetiva de forma prática. Em primeiro lugar, o currículo de muitas escolas não contempla os conteúdos que relacionam a história afro-brasileira, inviabilizando a partir daí o seu ensino nas salas de aula, por outro lado, não há uma fiscalização de ensino eficaz que se proponha a verificar se o que é decretado em lei está se concretizando nas salas de aula, percebemos professores leigos em termos do que se trata o dispositivo legal, alguns o desconhecem e outros afirmam ter uma vaga lembrança ou conhecer somente do que se trata porém sem um aprofundamento detalhado, o que traça um caminho extremamente distante para seu cumprimento.

Consideramos de fundamental importância a apropriação do conteúdo dessa lei bem como sua efetiva implementação nas salas de aula. É visto que os professores concordam que há uma relevância em se trabalhar a cultura afro-brasileira, mas talvez por não conhecerem a lei a fundo, consideram que as atividades realizadas no dia da consciência negra e que ocupam um semana de aulas muitas vezes, é o suficiente para promover a conscientização dos educandos e ensinar a história.

A partir de então, percebemos a falta de conscientização já muito presente nos próprios professores que não empregam a devida importância a temática abordada na lei 10.639/03. É essencial que seja oferecida uma formação continuada de maneira a estimular esses profissionais a se apropriarem deste conteúdo de forma a enraíza-lo no currículo escolar.

As atividades realizadas no Dia da Consciência Negra são muito significantes, porém insuficientes quando trabalhadas apenas nesse período. A limitação ao uso do livro didático também se apresenta como um grande motivo para que o ensino da história afro-brasileira se dê de forma falha e superficial, constatamos que os professores precisam se preocupar em incentivar os alunos a pesquisar, não somente em livros mas em diversas fontes que proporcionem maior aproximação com o tema da lei.

É nítido que há um comodismo fundado nas escolas, arraigado nos professores e que acaba se fixando nos alunos, promovendo assim uma banalização das situações de preconceito que se tornam cada vez mais comuns nas escolas e que são sucedidas de repreensões dos educadores. Não é errado repreender neste caso, porém tais situações cobram medidas muito mais elaboradas e que necessitam de um trabalho mais intenso e planejado.

Levando em consideração todas as nossas observações, podemos concluir que a real situação no sistema de ensino não permite que a lei 10.639/03 (BRASIL,MEC,2003) se efetive de forma prática e cumpra seu objetivo de conscientizar e valorizar a cultura afro-brasileira. A necessidade de um trabalho voltado a formação continuada dos profissionais da educação afim de capacitá-los para o segmento do que diz a lei é algo alarmante, bem como medidas voltadas para acompanhar o processo de ensino que contemple a temática abordada para que haja de fato uma certificação de que está acontecendo da forma prevista no dispositivo.

Podemos afirmar que não haverá combate ao preconceito racial nas escolas, bem como um ensino justo e eficaz sobre a cultura afro-brasileira se não houver um trabalho conjunto associado a lei 10.639/03 (BRASIL,MEC,2003). Desta forma continuaremos batendo na mesma tecla, enfatizando uma importância que existe de uma forma meramente teórica e permitindo que o descaso com a nossa história se perpetue, formando assim sujeitos preconceituosos e inconscientes em relação as suas próprias raízes históricas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.MEC. Ministério da Educação SEPPIR.INEP. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.Brasília.2004.
- _____.MEC. Ministério da Educação SEPPIR.INEP. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.Brasília.2003.
- _____.MEC. Lei Federal nº 10.639/03 in Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- CARDOSO, Edson Lopes. **Bruxas, espíritos e outros bichos**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1992.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de; ALVES, Aline Neves Rodrigues. As escolas e suas práticas. In: GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.
- MATTOS, Wilson Roberto de. **Valores civilizatórios afro-brasileiros, políticas educacionais e currículos escolares**. In: Educação contemporaneidade. v.12, n.19, jan/jun 2003.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 7- 79. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2019.
- MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, 2 ed.
- PEDRETTI, R. **Preconceito racial**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/sociologia/preconceito-racial>>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.
- SILVA, Ana Célia da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau**, nível I. Projeto de pesquisa. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, nº 63, 96-98, São Paulo, 1987, p.96-98.

APÊNDICE

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este instrumento tem como objetivo levantar dados e informações sobre a pesquisa integrante do trabalho de conclusão do curso. Trata-se de questões abertas sobre a temática abordada na pesquisa.

- 1- Você conhece a Lei 10.639/03? Como conheceu?

- 2- Qual a importância de resgatar a Cultura Afro-brasileira na escola?

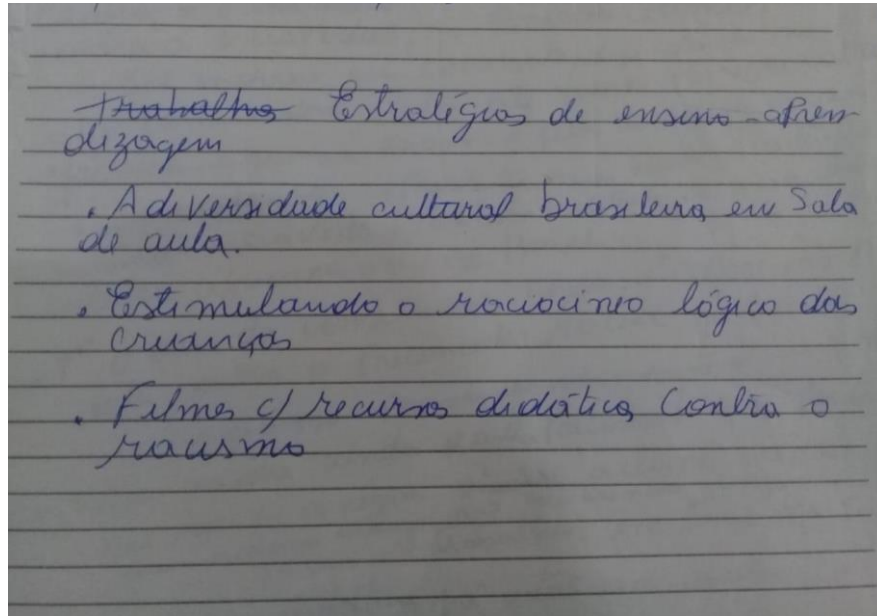
- 3- Você como professor (a) tem dificuldade de trabalhar temas relacionados à Cultura Afro-brasileira? Quais as dificuldades são encontradas?

- 4- Qual a sua postura como professor diante de uma situação de preconceito racial em sala de aula?

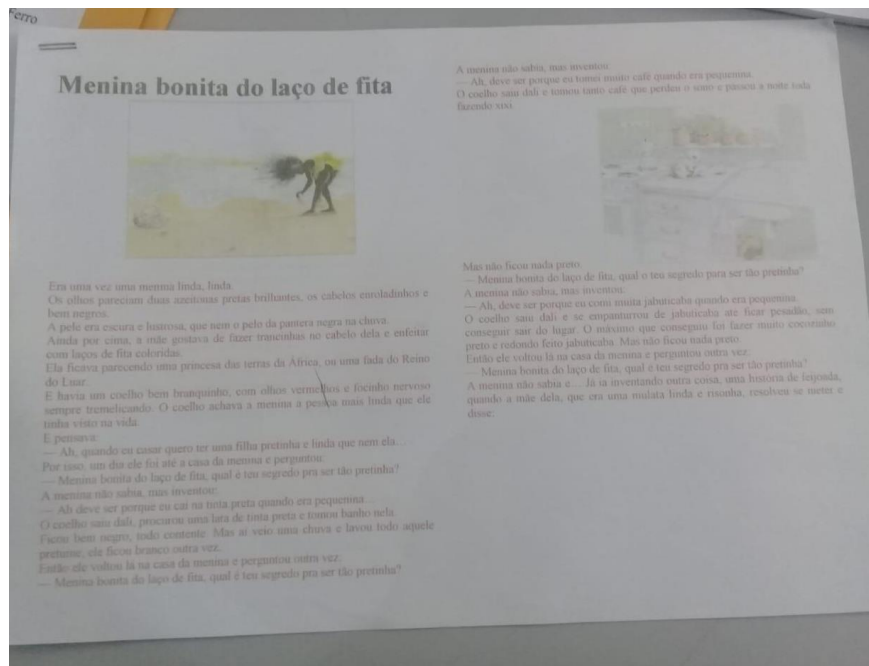
- 5- Na escola é realizada alguma atividade que faça referência ao dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra?

ANEXOS

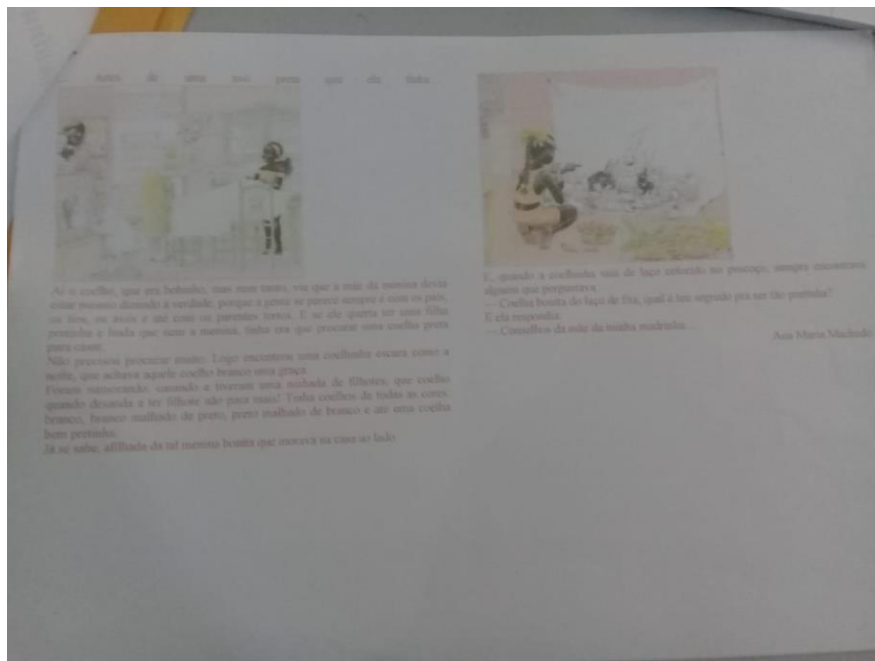
Atividades realizadas pela professoras do 1º ao 5º ano:



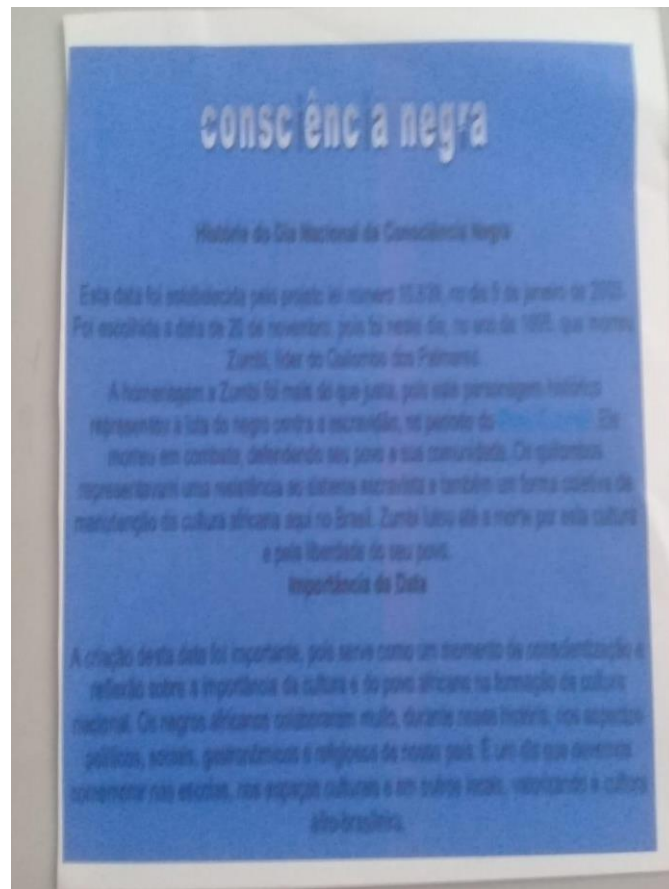
Alguns objetivos



História da “Menina bonita do laço de fita”



História da “Menina bonita do laço de fita”



Breve história da consciência Negra

ATIVIDADES SOBRE A CONSCIÊNCIA NEGRA

1. OBSERVE COM ATENÇÃO O CALENÁRIO DE NOVEMBRO DE 2002 E RESPONDA AS PERGUNTAS ABAIXO:

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

2. EM QUE DIA DA SEMANA CAÍDA O DIA ZEP?


3. QUAL É COMEMORAÇÃO DO DIA DE NOVEMBRO?

4. QUANTOS DIAS TEM UMA SEMANA?

5. QUANTOS DIAS TEM UM MÊS?

6. ENCONTRE NOS CÍRCULOS PALAVRAS ABACIXO, PALAVRAS DE ORIGEM AFRICANA.

1. TANGA 2. CAÇULA 3. FUBÁ 4. BANGUELA 5. DENGOSO




R B A N G U E L A A R O S B D
D D L B O I P E B F U B Á S E
R R E R P C O N T E N T E L N
A A I O C A Ç U L A A C I A G
T T C X D A N S E P O I S N O
E E A A F O E T A N G A O S S
N O V E M B R O O U R A S E O
N N O S V A S O O U R A S E Y

Atividade da consciência negra

História do Dia Nacional da Consciência Negra

Esta data foi estabelecida pelo projeto lei número 10.639 no dia 9 de janeiro de 2003. Foi escolhida a data de 20 de novembro, pois foi neste dia, no ano de 1695, que morreu Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares.

A homenagem a Zumbi foi mais do que justa, pois este personagem histórico representou a luta do negro contra a escravidão, no período do Brasil Colonial. Ele morreu em combate, defendendo seu povo e sua comunidade. Os quilombos representavam uma resistência ao sistema escravista e também um forma coletiva de manutenção da cultura africana aqui no Brasil. Zumbi lutou até a morte por esta cultura e pela liberdade do seu povo.



História da consciência negra